

# Falta de quorum ameaça parar Constituinte

## Líder defende partido para apoiar Sarney

O líder do PFL, deputado José Lourenço, defendeu ontem a transformação do "Centrão" em um partido político de centro, capaz de viabilizar uma sustentação parlamentar ao governo Sarney e promover a consolidação das instituições democráticas. A proposta, ainda informal, foi apoiada pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), ao frisar que "a metamorfose está próxima, só depende do interesse do Presidente".

A proposta ganha corpo dentro do próprio movimento, que através da sua secretaria executiva, elaborou o "Projeto Brasil", composto pelo organograma do "Centrão" e propostas para um governo pós-Constituinte. O deputado Basílio Villani (PMDB-PR), secretário-executivo do grupo, ainda eufórico com a demonstração de força do "Centrão", chegou a confessar que o movimento está a tal ponto estruturado, que "a qualquer momento poderá virar um partido sem sofrer nenhum trauma".

O deputado José Lourenço acredita que o pensamento político homogêneo do "Centrão" irá superar as correntes políticas diferentes dentro do grupo, "visando um bem maior que é o interesse nacional". O líder do PFL reconheceu que, após a promulgação da nova Constituição, uma reforma partidária será inevitável, vislumbrando a fusão do seu partido com o PL, PDC, PTB e os moderados do PMDB.

**Milagre**  
Para Cardoso Alves, o "Centrão" é um milagre da engenharia política: um grupo sem líderes, mas com organizadores. Sustenta que o movimento sonha para o País uma convivência da democracia e liberdade, da integração humana entre a empresa e o trabalhador, além do prestígio e incentivo à livre iniciativa. Mas o articulista Luis Eduardo Magalhães (PFL/BA), considera prematura a proposta de transformação do "Centrão" em partido. "Mas isto não nos impede de atuarmos semelhante a um", frisou.

Já o líder do PTB, Gastone Righi, concorda com a proposta, ao salientar que o PFL é atualmente "uma sigla maldita, pelo desgaste político e pelos sucessivos erros cometidos". Defendeu a troca de sigla partidária, após a Constituinte, pela formação de um grande partido de centro, aglutinando pensamento político-homogêneo em defesa "da propriedade privada, da livre iniciativa, da preservação dos costumes e da família".

Por sua vez, o coordenador-jurídico do "Centrão", deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), acredita que as conquistas obtidas pelo movimento irão precipitar uma reforma partidária, mesmo antes da promulgação da nova Constituição. Com a polarização entre esquerda e direita — o deputado acredita nesta hipótese, durante votação das matérias polêmicas no plenário — "os partidos serão esmagados, pois no sistema presidencialista, existem apenas caricaturas de partidos".

O "Projeto Brasil" foi distribuído, ontem, a todos os signatários do "Centrão", e anexado a uma convocação para uma reunião na próxima terça-feira, às 15h00, no auditório Nereu Ramos. O líder do PFL, José Lourenço, pretende trazer para discussão da plenária do grupo a sua proposta de elevar o "Centrão" à categoria de partido político.

### Estímulo a acordo

Os ministros da Aeronáutica e do Estado-Maior das Forças Armadas, brigadeiro Moreira Lima e Paulo Camarinha, defenderam ontem o estabelecimento de um acordo entre o "Centrão" e as demais facções políticas, considerando-o a melhor solução para a Constituinte e para a Constituinte e para a transição democrática.

"Se os Estados Unidos e a União Soviética conseguiram chegar a um acordo, por que não o Brasil, dentro da Constituinte?" — indagou o ministro Moreira Lima. "Acho que agora a decisão do 'Centrão' vai pesar lá dentro, e penso que até mesmo o parlamentarismo não vai ser aprovado" — complementou seu colega do EM-FA, brigadeiro Camarinha.

### Expedito ameaça

O fundador do "Centro Democrático" do PMDB, deputado Expedito Machado (CE), está ameaçando deixar o "Centrão", por se sentir "marginalizado" pelos coordenadores do grupo. "Só eu sei o que estou passando no meu Estado. Eu não sou de direita, mas estou suportando tudo isso", desabafou o parlamentar cearense.

Expedito Machado estava muito irritado, por volta das 12h00 de ontem, por não ter sido chamado a participar da reunião de Ulysses Guimarães com as lideranças partidárias e do "Centrão", para entendimentos a respeito da votação da reforma do regimento da Constituinte.



Por falta de quorum, o plenário da Constituinte poderá ter nova reunião só em janeiro

## Centrão é acusado de lançar manobra pelo esvaziamento

A perspectiva de falta de número regimental na Constituinte, durante toda a próxima semana, antecipou o recesso da Assembleia em quase dez dias e deslocou, de Brasília para os estados, o debate do problema da sucessão do presidente José Sarney.

Numerosos constituintes, entre eles, o deputado Pimenta da Veiga, ex-líder do PMDB na Câmara, estão começando a acreditar que o esvaziamento da Assembleia foi deliberado e faz parte de manobra conduzida pelos grupos mais radicais do chamado "Centrão", para esvaziar o debate sucessório e adiar indefinidamente a decisão sobre o próximo pleito presidencial no Brasil.

Ao mesmo tempo em que dois constituintes amigos do presidente — o senador Edison Lobão, do PFL maranhense, e o deputado Mateus Lensen, do PMDB gaúcho — recolhiam assinaturas de apoio a uma emenda ao projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral, de modo a ampliar de quatro para cinco anos o mandato de Sarney, os integrantes do "Centrão" deixaram, ontem, o plenário da Assembleia praticamente às moscas.

Sem quorum, a Assembleia não terá como apreciar nenhuma iniciativa dos constituintes. Uma vez, porém, que o "Centrão" havia conseguido modificar o regimento interno da Constituinte, sem prejuízo de destaques apresentados pelo grupo do senador Mário Covas, liderado pelo PMDB na Assembleia, os centristas estavam com pleno controle da situação.

### Esvaziamento

Desconfiado quanto ao inesperado esvaziamento ocorrido na Assembleia, o vice-líder do PT, deputado José Genoino, interpelou, em termos ásperos, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, sobre os motivos do episódio. A certa

altura, Genoino responsabilizou Ulysses por haver ajudado o "Centrão" a impor-se na Assembleia, com o objetivo — a seu ver de comprometer a liderança do senador Covas (um dos virtuais candidatos do PMDB à sucessão de Sarney).

Mais tarde, Genoino sustentou que Covas estava muito condescendente com a conduta política de Ulysses, que, nesse caso, conforme frisou, estaria sendo apoiado por governadores peemedebistas também interessados em esvaziar a liderança do senador pelo PMDB de São Paulo.

"O Covas — comentou o vice-líder do PT — devia denunciar à Nação o jogo que está sendo feito na Constituinte. Isso, aliás, é o que nosso partido pretende fazer, caso se confirmem nossas suspeitas, em relação à conduta do 'Centrão'".

Reticente, evitando agravar a crise que existe no PMDB, devido à ação dos peemedebistas incrustados no "Centrão", Covas continuava a defender, em termos sucessórios, a candidatura de Ulysses Guimarães. Numerosos líderes do senador paulista, no entanto, estavam insistindo para que Covas afinal partisse para a radicalização contra a cúpula do partido e os correligionários que se comportavam, na Assembleia, contra os compromissos eleitorais assumidos pelo PMDB, nas últimas eleições. Advogavam alguns desses peemedebistas — falava-se, a propósito, que essa era a linha do deputado Antônio Perosa, amigo de Covas — a formação de um novo partido, mais fiel às origens do antigo MDB. Em tais condições — dizia-se — o PMDB atual ficaria ocupado apenas pelos peemedebistas do "Centrão", o que o tornaria politicamente inviável, em matéria sucessória.

"Se fizer isso — reconhecia, o deputado Genoino — o Mário Covas se torna a maior figura da política brasileira, no quadro sucessório".

## Grupo do entendimento já articula estratégia

O mais novo grupo suprapartidário do Congresso, já denominado de Grupo do Entendimento, reuniu-se ontem de manhã para definir sua estratégia de trabalho e atuação na Assembleia Nacional Constituinte. O grupo deve apreciar a partir de hoje os temas polêmicos. Cada tema será coordenado por um constituinte.

Ficou decidido ainda que todas as reuniões do Grupo serão presididas pelo constituinte mais idoso. Os deputados Adroaldo Streck (PDS-RS), Joaquim Francisco (PFL-PE), José Carlos Vasconcelos (PMDB-PE) e o senador José Agripino (PFL-RN), ficarão responsáveis pela articulação externa. No plenário atuarão os deputados Albério Cordeiro (PFL-AL), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Artur da Távola (PMDB-RJ), José Maria Eymael (PDC-SP), Pedro Canedo (PFL-GO) e Pimenta da Veiga (PMDB-MG).

Na mobilização estão os deputados Aécio Neves (PMDB-MG), Rita Camata (PMDB-ES) e Saulo Queiroz (PFL-MS). Para os trabalhos de articulação na Constituinte estão os deputados Alceni Guerra (PFL-PR), Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), Jaime Santana (PFL-MA), Maurício Campos (PFL-MG) e Raul Belém (PMDB-MG).

O Grupo do Entendimento dividiu as Comissões Temáticas — a as mais importantes — pelos capítulos, destacando os itens mais polêmicos. No dos Direitos Sociais, o grupo vai analisar e apresentar emendas relativas aos artigos da estabilidade, hora extra, licença-gestante, imprescritibi-

lidade, pessoal efetivo maior de 40 anos e carga horária.

No capítulo da Previdência Social, o enfoque é a aposentadoria. No da Educação, a questão dos recursos públicos, enquanto que no das Disposições Transitórias, as emendas devem restringir-se à estabilidade na administração direta e indireta.

### Discussões

O capítulo da Organização dos Poderes, é o único que ficará a cargo apenas de um constituinte, o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE). Mas aquele que deverá gerar mais discussões polêmicas no plenário, é o capítulo da Ordem Econômica e Social.

Os constituintes que ficarão responsáveis pela apreciação das emendas da Comissão da Ordem Econômica serão coordenados pelo deputado Adroaldo Streck (PDT-RS). São integrantes desta comissão os deputados Antônio Gaspar (PMDB-MA), Fernando Gaspar parian (PMDB-SP), Gabriel Guerreiro (PMDB-PA), Heráclito Fortes (PMDB-PI), Jaime Santana (PFL-MA), João Agripino (PMDB-PB), Joaquim Francisco (PFL-MA), Jutahy Júnior (PMDB-BA), Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), Maurício Campos (PMDB-MG), Mauro Campos (PMDB-MG), Pimenta da Veiga (PMDB-MG), Raul Belém (PMDB-MG), Roberto Brant (PMDB-MG), Rubem Medina (PFL-RJ), Virgildásio de Sena (PMDB-BA), Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) e os senadores Amir Gabriel (PMDB-PA) e Severo Gomes (PMDB-SP). A próxima reunião do Grupo do Entendimento será terça-feira, às 11h00.

## Vivaldo teme pouco tempo para eleição

O "Centrão" nega terminantemente, mas já há constituintes acreditando que o atraso nos trabalhos da Constituinte pode ser uma manobra para inviabilizar as eleições presidenciais em 1988. O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) levantou ontem a questão, mas a suspeita não surge apenas nos partidos de oposição. O senador Guilherme Palmeira (AL), do PFL, observa ao analisar a possibilidade de transferência da votação do Regimento Interno da Constituinte para janeiro que isso significa uma alteração no calendário que acabará fazendo com que a nova Constituição seja promulgada depois dos prazos previstos, o que inviabilizaria as eleições presidenciais em 1988 pela simples falta de tempo para realizá-las.

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), não chega a discordar da tese, mas observa que o importante não é avaliar se isso significaria ou não mais uma vitória do "Centrão" que beneficiaria o presidente Sarney, mas sim o quanto isto significaria de desgaste para a classe política. Atrasar os trabalhos para discutir regimento, que é uma questão técnica da qual o povo se mantém distante — observa Chiarelli — significará desgaste para a classe política como um todo e para o próprio modelo institucional vigente. Guilherme Palmeira lembra que entre a votação do regimento e a promulgação da Constituição ainda há o Carnaval, o que significará nova paralisação dos trabalhos, enquanto Vivaldo Barbosa assegura não ter dúvidas de que o atraso é uma manobra do "Centrão".

O deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), do "Centrão", argumenta no entanto que os trabalhos da Constituinte serão até mesmo acelerados com o novo regimento, que limita o número de emendas e destaques a serem apresentados por cada parlamentar. Mesmo que surjam cerca de duas mil emendas — argumenta — é preciso considerar que cerca de 60% dessas emendas serão semelhantes, o que diminuiria o número de votações. O parlamentar do "Centrão" prevê que até março os trabalhos da Constituinte estarão concluídos.

O prematuro esvaziamento do plenário e o fracasso nas tentativas de acordo em torno do regimento interno ameaçam a Constituinte de paralisação até janeiro. Ontem a votação das últimas cinco emendas ao regimento foi mais uma vez adiada, por falta de quorum. O presidente Ulysses Guimarães, num último esforço por contornar as divergências entre o "Centrão" e os pequenos partidos de esquerda e fazer aprovar as regras que disciplinarão a votação da futura Carta, decidiu convocar nova sessão para a próxima terça-feira, às 14h30.



plenário. 118 deles votaram contra o pedido de preferência para examinar em blocos os destaques, 54 foram favoráveis e registrou-se ainda uma abstenção, do próprio Ulysses.

### Evasão

Apesar das listas de frequências assinalarem a presença de 308 parlamentares na Casa, apenas oito assistiram à abertura da reunião.

As 17h30, quando Ulysses colocou o pedido de preferência, em votação, requerido pelos deputados José Lourenço (PFL-BA) e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), ambos do "Centrão", havia 388 parlamentares no Congresso, mas apenas 173 em plenário. Prejudicada a matéria, por falta de quorum o presidente da Constituinte decidiu como último recurso suspender a sessão por uma hora a fim de possibilitar um acordo entre os conservadores e as esquerdas. Na volta ao plenário, a constatação que um entendimento naquele momento era inviável. Assim, Ulysses foi obrigado a convocar uma nova reunião para a próxima terça-feira.

### Obstrução

A obstrução da sessão de ontem coube ao líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), anunciando ainda que o seu partido vai pedir verificação de votação para qualquer modificação que o "Centrão" quiser fazer no projeto de Constituição.

## PT inviabiliza acordo

A falta de um acordo em torno do número de assinaturas necessárias para o pedido de preferência para destaques em separado — artifício regimental pelo qual uma parte do texto do projeto de Constituição é subtraída para votação à parte — foi o que inviabilizou a conclusão da votação do substitutivo da Mesa da Constituinte que altera o regimento interno da Assembleia.

O substitutivo aprovado estabelece que o requerimento de destaque para votação em separado de parte do texto do projeto será apreciado pelo plenário da Constituinte com o mínimo de 187 assinaturas. Os partidos de esquerda têm diversas emendas diminuindo esse número. Para facilitar a votação da matéria tentou-se chegar a um acordo em duas reuniões antes da sessão, mas os progressistas e o "Centrão" não chegaram a um acordo.

O PT queria diminuir o número de assinaturas para 56. O senador Mário Covas (PMDB-SP) e o PDT fecharam questão com 112 e o "Centrão" admitiu reduzir as assinaturas,

mas firmou posição em só aceitar 140. Além dessa questão o acordo incluía também outros pontos, como a prioridade para a preferência para os partidos com menos de 36 constituintes, que seria feito em rodízio segundo critério de cada liderança e o aumento do número de emendas e destaques à matéria votada, cinco e oito, respectivamente.

### Manobra

Sem acordo, coube ao deputado Brandão Monteiro, líder do PDT, pedir verificação de quorum. No final da chamada o senador Fernando Henrique (PMDB-SP) alertou Brandão para um detalhe: as cinco emendas que estavam destacadas para serem votadas eram de autoria do PDT e do PT. Se os dois partidos as retirassem inviabilizariam a estratégia do "Centrão", que era a de adiar a conclusão da votação do substitutivo para janeiro.

Nesse tempo os integrantes do "Centrão" pressionaram o deputado Ulysses Guimarães para que aredação final fosse a voto. Tinham o objetivo de pedir verificação de quorum. Ulysses aceitou e o PT manteve os destaques.

## Adiamento compromete a Carta

O adiamento do encerramento da votação do substitutivo que muda o regimento interno da Constituinte, para o início de janeiro de 1988, terá como consequência o atraso de mais 15 dias no início da apreciação do projeto de Constituição pelo plenário da Casa, segundo avaliações dos líderes partidários.

A única saída para que os trabalhos da Constituinte não sejam ainda mais retardados, seria o "Centrão" e as esquerdas chegarem a um acordo para a votação dos destaques ao substitutivo, durante a sessão da próxima terça-feira convocada para este fim.

A outra solução seria os centristas colocarem em plenário 280 constituintes, para que seja

atingido o quorum regimental para as votações.

Se for frustrada a nova votação a matéria somente retornará a plenário logo após o final do recesso da Constituinte, marcado para o dia quatro de janeiro. Mesmo que seja concluída a apreciação da proposta, dia seis de janeiro, os constituintes teriam sete dias a contar do segundo dia após a publicação do novo regimento interno. Em seguida, o relator teria mais cinco dias para dar o seu parecer. Ainda seriam reservados mais três dias para a apresentação de destaques às emendas e sua publicação. Assim somente a partir do fim de janeiro, a matéria finalmente entraria em plenário para a votação em primeiro turno.

